

# Roteiro

Roteiro.....	7
Portulano .....	9
Sobre os carris com Mnemósine.....	11
Os primeiros abencerragens.....	13
A vã ambição dos Mahfuz .....	23
Vozes abafadas .....	33
Dormia uma moça em sossego... ..	51
A caminho de Faro .....	56
Ó Vila de Olhão .....	62
Tavira, bela e velada .....	73
Os últimos arraiais do atum .....	79
A conquista de Tavira segundo a dona Guilhermina e outros cronistas ..	83
A jornada de el-rei dom Sebastião.....	88
Balsa.....	91
A arte de construir.....	99

Terra Estreita.....	101
A visita de estudo.....	104
Abrem-se os véus.....	114
Na alcáçova de Tavira .....	122
O Alto de São Brás.....	126
Cabanas, companhas e redes.....	128
O salvado .....	135
Prólogo.....	138
Epílogo .....	178
Subindo ao Alto de Santana .....	181
Um fio de sombra.....	186
Tabira: de peão a torre .....	197
Santa Luzia, a polveira .....	204
Os nevões de pétalas de Itimad .....	209
Estudos, artigos e guias citados, consultados e de referência .....	211

# Portulano

O reino do Algarve é a próspera  
Porção, cujas cidades são Tavira  
Do rei briga galharda primavera,  
Onde ferido do vento o mar suspira [...].

João Baptista de Castro,  
*Mapa de Portugal Antigo e Moderno* (1763)

E, portanto, na corografia há a necessidade da pintura dos  
lugares: e nenhum homem será corógrafo: se não for pintor.

Pedro Nunes, *Obras* (1940)

Aquele que não viaja desconhece o valor dos homens.

Provérbio mourisco (extraído de *Canto Nómada*,  
de Bruce Chatwin)

O fim duma viagem é apenas o começo doutra. É preciso  
ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já (...). É  
preciso voltar aos passos que foram dados para os repetir,  
e traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomen-  
çar a viagem. Sempre.

José Saramago, *Viagem a Portugal* (1981)

Infeliz a nação que necessita de heróis.

Bertolt Brecht

My viewpoint, in telling (...) history (...) is different: that we must not accept the memory of states as our own. Nations are not communities and never have been. The history of any country, presented as the history of a family, conceals fierce conflicts of interest (sometimes exploding, most often repressed) between conquerors and conquered, masters and slaves, capitalists and workers, dominators and dominated in race and sex. And in such a world of conflict, a world of victims and executioners, it is the job of thinking people, as Albert Camus suggested, not to be on the side of the executioners.

Howard Zinn,  
*A People's History of the United States* (2009)

Pensei em todos os lugares do Mundo que pertencem assim a alguém, que os possuiu no sangue sem ninguém mais o saber.

Cesare Pavese, *O Diabo sobre as Colinas* (1948)

Allá a lo lejos / El horizonte vive / De sus enigmas

Mario Benedetti, *Nuevo rincón de haikus* (2008)

O leão que tu caçavas, a Terra do Fogo que tu exploravas, o tesouro que tu procuravas, era, como sempre, o tempo perdido: esse país onde a vida passada se confunde com a vida sonhada, a única caça onde se tem a certeza de acabar morto pela fera, a única exploração onde se termina sempre entre os dentes dos antropófagos.

Olivier Rolin, *Um Caçador de Leões* (2008)

Deixai-me ir atrás das nuvens como um pastor.

Cide Hamete Benengeli

## Sobre os carris com Mnemósine

Xavier de Maistre viajou pelo quarto e Pessoa pela imaginação; Garrett e Herculano subiram o Tejo de barco; Cortesão e Saramago quilometraram de Norte a Sul de Portugal; Ibn Battouta percorreu continentes montado em equídeos e Chatwin à boleia; quanto a nós, à semelhança de Dostoievski, ocuparemos um lugar económico numa carruagem de comboio – e de praticantes no rol dos viajantes. Dedicuemos, pois, os instantes de partida ao porquê desta escolha locomotriz, merecido panegírico da combinação dos inventos de Thomas Savery (motor a vapor) e de William Murdoch (locomotiva a vapor) nestes dias aeronáuticos: a viagem por caminho-de-ferro atrela (entre outras) as vantagens da segurança e da mobilidade à devolução do tempo e do espaço, os quais podem assim ser fruídos, individual ou colectivamente, em conjunto – seja no gozo inefável das paisagens, na leitura, na reflexão ou em qualquer outra actividade aprazível. Isto porque viajar de comboio é trilhar um caminho indeterminado de liberdade e de experiência oposto às rotinas e isento da ansiedade própria das jornadas frenéticas e enclausurantes que caracterizam o transporte aéreo. Se pudéssemos, teríamos composto este livro numa destas longadas; mas tal implicaria circular, algumas vezes, numa viagem transeuropeia e transiberiana, entre Lisboa e Vladivostok... Anular-se-iam, nesse moroso trânsito, as preditas vantagens deste meio de transporte tricentenário e (hoje) pouco poluente; com o risco acrescido e aventureiro de embarcarmos noutras composições – pois das viagens só conhecemos o primeiro passo e dos livros as primeiras palavras.

E sobre que carris de tinta circulamos nós nas próximas páginas? Atravessaremos um entroncamento da geografia portuguesa com os séculos e as civilizações mediterrânicas na companhia de quatro das nove filhas de Mnemósine e de Zeus: cruzaremos histórias pelo Algarve ao lado de Clio, às quais se juntarão Calíope, Melpómene e Tália

quando revisitarmos Tavira – paixão de quem tenha sido enlaçado pelos seus braços de adobe e pedra caiados –, dando ainda a conhecer aos leitores a nossa tradução de uma narrativa inédita de Cide Hamete Benengeli, o vero autor de *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha*, intitulada *A Aventura de Sancho Pança, o fiel escudeiro de Dom Quixote, o Cavaleiro da Triste Figura, no Reino do Algarve*. Isto é, passaremos ao largo das férias ufanas entre os buracos de golfe, as marinas e as piscinas, demorando-nos mais do que os oito ou os quinze dias das romarias automóveis à N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Praia, na senda de outros Algarves: aquele que está desfeito em milhares de pedras talhadas e cacos antigos, a semelhar um quebra-cabeças inacabável; assim como aquele que se detém na encruzilhada sociopolítica da destruição (negligente, incomplacente ou impotente) com a preservação (reificante, alienante ou dignificante) de patrimónios culturais e naturais. Bem comparado, este «país do sol», conforme o epitetaram no início do século XX, simultaneamente frequentado e desconhecido, denegado e reconhecido, mercantilizado e protegido, é como um atum que, à força de tanto copejo, salte da rede da almadrava para o tanque de um viveiro. E porque sabe melhor contar grelhado o que cozido anda ou enlaidado se vende, partamos sem detença, pois o cardume das memórias avança à flor da água e é de revés.

## Os primeiros abencerragens

A nossa viagem pelo Algarve principia quando o comboio começa a rodar estrepitosamente por entre os ombros nodosos das serras rudes e despovoadas que o põem de costas para o Alentejo e o afastam das terras de aquém-Tejo. Daí a pouco, ao cabo de curvas guinchantes e inclinações lentas que contornam e vencem as obras milenares da geotectónica, já depois de São Marcos da Serra e de São Bartolomeu de Messines, paramos alguns minutos no discreto e amodorrado entroncamento de Tunes: aí, ao longe, do outro lado do vidro embaçado, sob um clarão do sol cuja luz crua e difusa fere as pupilas e franze as sobrancelhas, avista-se já a quietude azulada das águas onde o Mediterrâneo e o Atlântico se fundem. Aceitemos aqui, neste quilómetro de carril, o convite do cronista Henrique Sarrão, natural de Lagos e do século XVI: “Entremos nas sadias terras do Algarve e descubramos outros horizontes” (*História do Reino do Algarve*, circa 1607, Guerreiro e Magalhães 1983) – atentos (porém) à descrição de outro lacobrigense, o político liberal e erudito João Baptista da Silva Lopes:

O clima do Algarve é temperado, e sadio pela maior parte: nos dois extremos d’E[ste] e O[este] reinam de ordinário os ventos do N[orte], de que o centro não goza por [se] embaraçarem na serra. A primavera e outono são estações ali bem amenas; aquela começa mais cedo matizando os prados de lindas e odoríferas flores, e abotoando as árvores, de maneira que em dezembro já as amendoeiras estão cobertas de flor, e os campos de relva, que tornam os passeios deliciosos e agradáveis (*Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Algarve*, 1988; ortografia actualizada e anotação nossas)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Já os algarvios eram assim descritos por este erudito, num exercício de psicologia étnica muito próprio de oitocentos e das suas elites que citamos, parcialmente, pelo seu valor documental:

O nosso destino, porém, testemunham-no o bilhete e o prólogo, é o Sotavento: o transbordo para o serviço de Lagos ficará para outra viagem. É assim tempo de fechar um dos livros da nossa bagagem, aquele que estávamos a ler desde o acenar alvejante de Alcácer do Sal sobre o Sado, interrompendo a viagem que Fiodor Dostoievski empreendeu pelas misérias morais e materiais das sociedades burguesas e impantes da Europa dos meados de oitocentos, com paragem frequente na condição periférica – simultaneamente hipócrita e mimetizadora – dos algo-tenentes da Rússia czarista<sup>2</sup>.

---

As mulheres são espirituosas, e engraçadas; ataviavam-se com graça (...). (...)

Os homens são laboriosos, activos, industriosos e robustos (...). (...) São em geral os Algarvios de boa índole, agasalhadores e hospitaleiros (...). (Lopes 1988).

Para uma introdução à análise crítica da produção de estereótipos de cariz psicológico, biológico e etnogenealógico associados a etnias e ou grupos sociais subalternizados, em Portugal, ler *Etnografias Portuguesas (1870-1970) – Cultura Popular e Identidade Nacional* (2000), de João Leal.

<sup>2</sup> Quando as duas partes do livro aberto se juntaram, quem é que lobrigámos sentado diante do nosso venerável espanto? Ele mesmo, o autor de *Apontamentos de Inverno sobre impressões de Verão*, a fitar-nos, quase sorridente, os dedos das mãos entrelaçados e repousados sobre as pernas cruzadas, como o retratou Vasily Perov, à beira de pronunciar estas palavras: Podeis censurar-me, com justeza, pelo trajecto escolhido para a minha viagem pela Europa: apesar de evitar as sugestões dos guias, não segui eu no encaço dos viageiros titulados e endinheirados do meu belo século? Paris, Suíça, Génova, Florença, Veneza. E a pobre e católica Ibéria dos velhos impérios, ali, além-pirinéus, tão distante quanto alcançável... Nada lhe censuro – redarguimos –; mesmo vencendo-as, não evitamos as correntes e as margens do nosso tempo... Concordo inteiramente consigo – replicou o escritor russo, enquanto assentia com a cabeça. Compreenderá o meu bom leitor que naquela época eu não tinha nenhuma razão para visitar a península onde reinavam Luís I e Isabel II. Compreendo-o muito bem – assentimos cumplimente. Mas não creio que tenha sido o acaso a comprar-lhe um bilhete para esta viagem. Embora o acaso goze de demasiado crédito entre nós – anotámos. E isto porque ignoramos, na sua complexidade oculta, os actos e as omissões incontáveis que se produzem e encadeiam, no tempo e no espaço, para originar os factos – relativamente imprevisíveis – que taxamos de espantosas coincidências. Tem toda a razão – atalhou o moscovita, erguendo-se com outros passageiros. Vou sair nesta estação e seguir para Lagos. Em Sagres, finalmente rodeado pelo Atlântico, poderei completar as minhas impressões sobre a Europa ao observar das alturas a última de todas as suas feições. E antes de avançar mais, voltou-se e perguntou-

Nisto, recomeça o rodar pesado, o sacolejar metálico, o estridor trepidante, o galope da máquina e das composições sobre as travessas: têm vindo a avançar pelos cerros e vales quase inabitados – ficam para trás, aqui e além, casas e logradouros em ruínas, janelas e portas escancaradas, poços sem ecos nem reflexos humanos, noites sem latidos, dias sem balidos, cacarejares ou zurros, berros ou grugulejares, relinchos ou arrulhares, miados ou grasnares – onde os primeiros abencerragens da península ibérica, os do *Gharb al-Andalus al-Aqsa* («o Extremo Ocidente» do Al-Andalus)<sup>3</sup>, enfrentaram pela sua sobrevivência as hostes das ordens militares ibéricas, as mesnadas de cavaleiros-vilões cobiçosos e os exércitos das coroas portuguesa, leonesa e castelhana, até meados de duzentos. Viajamos por uma região que guarda no seu subsolo (ou no forro de paredes velhas) os fastos (nefastos) pouco conhecidos desse Garb islâmico, moçárabe e hebreu, étnica e culturalmente sincrético. Tais fastos, demanda de um arquipélago de investigação histórica cercado por um oceano de desinteresse (*vide* Catarino 1997a), continuam a dar origem a estereótipos – os quais, por vezes, informam o conteúdo de mensagens publicitárias e assumem a forma de encenações para consumo turístico – mais do que a suscitar o seu conhecimento e respectiva divulgação. Omiti-los seria como negar a humanidade a estes antigos habitantes da Península Ibérica – ou arrancar do chão a nossa própria sombra. Da nossa parte, assinalamos aqui, ao longo da nossa viagem até (e por) Tavira, alguns dos marcos desse território que está a ser cartografado, escrevendo à beira da História.

---

-nos: Julgo que se vai ocupar, também, com capítulos absolutamente desnecessários sobre o Algarve, estarei errado? Não está – concedemos –, vou dedicar-me, de facto, a escrever alguns capítulos dessa índole. E terei a oportunidade, quando chegar a Tavira, de rever, de cumprimentar e de conversar com algumas casas e monumentos que conheço na cidade, como fazia o seu sonhador em São Petersburgo... Passou-lhe, subitamente, um sorriso caloroso pelo rosto – apertámos a mão um ao outro e despedimo-nos.

<sup>3</sup> Seguiremos no presente livro, sempre que possível e necessário, o *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa* (Alves 2014), assim como os critérios histórico-metodológicos adoptados por António Rei (2012a), na transcrição de nomes árabes de pessoas, lugares, localidades, cargos, instituições, etc. Malgrado o nosso esforço leigo de harmonização dos diversos métodos de transcrever tais nomes, lamentamos quaisquer inconsistências de ordem onomástica, toponímica e terminológica que possam ser aqui detectadas.

Mas tal evocação constitui uma tarefa árdua: os campos da memória que estamos a contemplar à janela da carruagem são muitas vezes sáfaros, pois os vencedores espalharam sobre eles o sal do olvido e os derrotados, por sua vez, ensombrecidos nas fontes disponíveis<sup>4</sup>, foram forçados a deixar apodrecer quase todas as sementes da sua cultura, língua e religião no rigor de um quotidiano segregado e vigiado, anónimo e doméstico – até ao ponto final do século XVI. Escassos são os resquícios materiais que a mó do tempo – a destruição, o reaproveitamento e a ruína de estruturas defensivas, habitações, templos, etc. – não reduziu a pó, vestígio oculto ou lenda. Já os simbólicos, pelo contrário, são abundantes e notórios:

À língua portuguesa passaram cerca de 600 vocábulos árabes, dois terços de uso comum, que nela constituem a maior contribuição não românica. Palavras relativas principalmente à vida do campo e ao pastoreio, nomes de plantas, de frutos, de utensílios e práticas agrárias e de dispositivos para utilizar água; mas também [«nomes de povoações, de rios, de sítios»;] nomes de pesos e medidas, de aprestos de embarcações, referentes aos transportes e à organização da sociedade, à construção de casas, às refeições e à vida doméstica. (*A Formação de Portugal*, Orlando Ribeiro, 1987; anotação nossa)<sup>5</sup>.

No prólogo à primeira edição de *Portugal na Espanha Árabe* (2018), António Borges Coelho inventaria, expressivamente, esta herança andalusina:

Apaguem por um momento dos campos de Portugal as sombras do pessegueiro, do limoeiro, da laranjeira, da nespereira, da ameixoeira, da alfarrobeira; recue-se para sul a oliveira (...); rareiem-se as amendoeiras e as folhas largas da figueira com o seu almeixar; suprimam-se as noras, os alambiques, as alquitaras; intensifique-se a vinha no Alentejo e no Algarve; retirem-se

---

<sup>4</sup> Tem sido negada a História, em todos os sentidos, era após era, aos vencidos e aos dominados – os «mouros», os moçárabes e os judeus, os camponeses, os artesãos e os operários, os escravos, as mulheres e as minorias. Assim como lhes tem sido devolvida a voz na literatura e na historiografia mais recentes.

<sup>5</sup> Consultar ainda Ribeiro 1992, Alves 1999, Coelho 1999 e Tahiri 2010.

da periferia das cidades a mancha verde das hortas, dos meloais, das forragens; castrem-se os cavalos de Alter; afoguem as azenhas ou calem o canto dos moinhos de vento (...); abatam a camartelo as muralhas do centro e sul cujo risco, para lá das reparações e dos acrescentos posteriores, foi obra dos seus alarifes ou arquitectos; desmontem as almenas, as abóbadas do chamado gótico alentejano, as fontes abobadadas; piquem as taipas, os estuques; destruam as casas de adobe caiadas de branco por dentro e por fora; enterrem os azulejos; queimem as esteiras, as alcofas, os capachos, os tapetes; rachem os alguidares; tentem destruir os couros, os arreios, os cobres, as grades geométricas. Que vos fica?

Houve um tempo, é claro, em que estas marcas culturais ganhavam forma, em barro, pedra, ferro, madeira e outros materiais, nas mãos dos descendentes mais próximos destes primeiros abencerragens – os «mouriscos» – e daqueles com quem coexistiram – os moçárabes. No século XVI, quando o Estado não era centralizado e onnipresente como nos dias de hoje, quando as vias de comunicação não permitiam as viagens rápidas inauguradas pelo comboio e as populações viviam num relativo isolamento sociocultural, a realidade pretérita do Garb podia ainda entrever-se, por exemplo, na tecnologia, nas técnicas e nas demais concepções associadas à produção de frutos secos, azeite, palma ou pescado. Num registo etnográfico incomum, frei João de São José, professo na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e erudito humanista, tentugalense a um tempo habitante de Tavira, deixou-nos um testemunho interessantíssimo sobre a região e as suas «particularidades» na sua *Corografia do Reino do Algarve* (1577). O culto freire, desde logo, não faz sombra sobre o que ignora, nem guarda para si deduções próprias, como quando sugere a ocorrência de processos de assimilação cultural, desde a “Reconquista”, entre as populações autóctones e as recém-instaladas:

Este nome Algarve é arábigo e não muito antigo, o que parece por Estrabão, Ptolomeu, Mela e Plínio e por todos os escritores e geógrafos mais modernos, nenhum dos quais em suas escrituras (...) fizeram menção dele; pelo que está claro ser moderno e dos tempos que os Mouros conquistaram e possuíram este reino,

como o são também alacil, almexal, alboção, alcaria, e outros muitos que no mesmo reino, como estes, correm e se usam. E sabemos de certo haverem-se-nos pegado da mesma gente e língua e herdarmo-los deles com a terra, pela muita conversação que com eles tivemos. (*Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, 1983).

Quanto às preditas «particularidades» do segundo reino, citemo-lo sobre o «alacil», a safra do figo:

É tão comum isto no Algarve [a produção de figo] que não se tem nele por gente quem neste tempo não apanha figueiral ou seu ou arrendado. Aos santos domingos pouca gente fica nas povoações, porque ou estão nas fazendas continuamente os de casa ou esses que nelas ficam nestes dias vão a ver e desfadarse com os outros; e é tanto o regozijo e contentamento que mostram neste tempo, a que chamam alacil, uns dum cabo outros d'outro, com diversos cantares e tangeres, que facilmente se pode deles entender que pera eles aquela é a melhor parte do ano e ainda o mais alegre da vida. Todos neste tempo andam fartos e contentes, assim ricos como pobres, e se melhoram nos vestidos de suas pessoas e alfaias de casa, de maneira que este *Idem* polas eiras. (...)

É o figo bom mantimento, em especial pera os do Algarve, que o têm já em costume, e serve muitas vezes de pão à gente dos montes e aos pobres e também de cevada às bestas, de farelos aos porcos e ainda aos cães e gatos, porque, enquanto dura, todos geralmente participam dele. E a todos sustenta e, por isso, chamam os Mouros a este tempo alacil, que quer dizer em sua língua mesa de Deus, que a todos farta. (*Idem*; anotação nossa).

O «corógrafo-pintor» (*vide* Guerreiro e Magalhães 1983) chega mesmo a advertir os leitores para o carácter assaz diverso dos «costumes» do *outro* reino na abertura do Livro IV (*Das particularidades do Reino do Algarve d'aquém-mar*) da sua obra ímpar, temeroso de que estes duvidassem do seu relato, tal o rol de «grandes admirações» que as suas tradições poderiam desenrolar:

Porque quem em Portugal ou em outra qualquer parte do mundo ouve dizer que no Algarve se vareja o figo e não a azeitona e que num só figueiral, andando continuamente quinze, vinte pessoas, não podem tanto apanhar que mais não madureça té se acabar, e que os figos se tocam com uns bichinhos que nacam e saem d'outros e os que assi não são tocados logo em pequenos pecam e caem, e que o azeite o faz cada um em sua casa, pisando a azeitona com os peis, e que as uvas, pera o vinho ser bom, depois de vendimadas as deitam em terra, em monte, e as deixam apodrecer e depois o faz cada um em sua casa com um sacco, qualquer cousa destas per si trás consigo admiração a quem delas não tem experiência e devem ser contadas com resguardo, quanto mais todas elas juntas. (*Idem*).

Séculos mais tarde, à semelhança dos corógrafos renascentistas, será Silva Lopes quem anota o avistamento, ao longo da costa, de ruínas misteriosas de povoados submersos, quem descreve os vestígios da grandeza arruinada de Silves e sinaliza antigos *husun*<sup>6</sup>, quem se espanta com as plantas de inhame a crescer, sem cultivo nem consumo humanos, «nos arredores de Monchique» ou quem topa com o então ignorado ribate da Arrifana:

Na costa [próxima de Aljezur,] num sítio elevado, sobranceiro ao mar, se encontram ruínas de edificios de uma não pequena povoação, cujas ruas ainda se conservam (...). (Lopes 1988; anotação nossa).

No entanto, o douto iacobrigense limita-se a registar, já diligente, já indiferente, a mudez destes indícios. A memória que os tornaria inteligíveis fundira-se com a terra que recebera os seus portadores ou perpetuava-se, nesse mutismo sem desafio, nos nomes dos lugares, nas lendas de mouras encantadas e de tesouros enterrados. O interesse científico e literário pelo passado e pelas tradições da região, particularmente a valorização cultural do legado islâmico, só se desenvolverá no final do século de Silva Lopes<sup>7</sup> com, entre outros, Francisco Xavier

---

<sup>6</sup> Êtimo árabe para 'castelo' ou 'fortaleza', cujo singular, empregue adiante, é *hisn*.

<sup>7</sup> O qual inclui no seu «Catalogo dos naturaes do Algarve» aqueles que nasceram “[n]o tempo dos Arabes” (Lopes 1988).

Ataíde de Oliveira, David Lopes e António de Oliveira Parreira (aprofundar em Vakil 2003, Macias 2012 e Rei 2012a).

A assimilação sociorreligiosa forçada da população mudéjar<sup>8</sup>, o olvido e as transformações sociais que os habitantes do Algarve experimentaram no decurso de oito séculos, se bem que tenham apagado, obscurecido ou modificado muitos dos sinais deixados por «mouros»<sup>9</sup> e moçárabes, não impediram a transmissão de diversas práticas e concepções socioculturais próprias das populações locais submetidas na primeira metade do século XIII<sup>10</sup>. O *Gharb al-Andalus* transfez-se

---

<sup>8</sup> Ou seja, a população «moura» que permaneceu na Península Ibérica após a «reconquista» e que continuou a praticar a religião islâmica.

<sup>9</sup> Nome colectivo de raiz latina que elide uma realidade socioétnica complexa: a coexistência de diferentes grupos étnicos – árabes, berberes e muladis (do étimo árabe *muwallad*, «concebido por mãe não árabe», o qual nomeava, por extensão, todos aqueles que se convertiam ao islamismo) – que disputaram amiúde o poder, em diferentes escalas e contextos, no seio da sociedade andalusina. Estes grupos, por sua vez, eram constituídos por diversas linhagens – com capitais políticos, económicos e simbólicos desiguais – que podiam lutar entre si pela hegemonia e que podiam ter uma relação problemática com o poder religioso e temporal devido às suas crenças e práticas heterodoxas – como é o caso, por exemplo, dos conversos (muladis) e dos adeptos do sufismo.

<sup>10</sup> A literatura também *reflectiu* sobre a(s) singularidade(s) do Algarve sempre que procurou descrevê-lo ou tomá-lo como quadro. Neste sentido, a impressão geral dos escritores que o visitaram ou comentaram ao longo dos últimos duzentos anos é a de que se está perante «um outro país» (*vide* Miguel Torga, *Portugal*, 1993). Jaime Cortesão, em viagem pelo país nos anos sessenta, ofereceu-nos (em *Portugal – A Terra e o Homem*) um exemplo plúmítico – e hiperbólico – deste modo impressionado e particularista de conceber a alteridade algarvia na contemporaneidade,

Entra a gente no Algarve e tem a surpresa de não nos pedirem o passaporte e abrirem as malas na fronteira. É que aqui começa o outro reino: o dos Algarves de Aquém e Além-Mar. É outra a terra e outra a paisagem, e estaríamos até em crer, é outra a gente. Mas seguros estamos de que em cada corpo actual há um fantasma que se alimenta do passado. (...)

(...) O reino que, de princípio, era meio cristão, meio árabe, mas que, de Coimbra para o Sul, velou pouco a pouco a sua cristandade numa capa moçárabe ou mudéjar, aqui chegado, ficou apenas árabe. (Cortesão 1987).

assim como do esconjuro benigno dos «fantasmas» desse «corpo actual» que é Portugal. Em suma, o Algarve era um lugar remoto e exótico, unido ao todo,

assim, entre um certo insulamento sociogeográfico e a sua integração no reino português, no *Algarve*: um território individualizável em termos geográficos, etnológicos e linguísticos (Ribeiro 1992, Sobral 2016 e Fernandes 2008) e um indício nominal e duradouro de um espaço político, étnico, religioso e culturalmente dissímil, cuja conclusão foi breve e lacónica. A ponto de a região ser distinguida, ainda hoje, por exemplo, com a menção em placas de sinalização rodoviária e com a designação do bispado sediado em Faro («Bispo do Algarve»), o que não acontece com nenhuma das suas congéneres (*vide* Oliveira-Leitão 2008 e Ribeiro 1987).

Arrematemos este intróito, pois as presentes páginas não estão destinadas ao desenvolvimento de um estudo histórico-antropológico sobre o legado mudéjar – por muito interessante e pertinente que este se revele. Não obstante as *deslembranças*, os descasos e os incómodos que contornam tal herança – tão raras vezes contrariados e sobre tão vetustos alicerces edificadas –, a História dos adversários meridionais do Reino de Portugal está a ser redescoberta e reinterpretada a partir de um conhecimento mais aprofundado (e imparcial) das crónicas portuguesas, castelhanas e muçulmanas coevas. Isto sem esquecer o que vem literalmente à luz diurna ao escavar-se a superfície do presente sem preconceitos, já que a ciência arqueológica vai respigando, interpretando e colando a mancheia de peças deste nosso passado escaqueirado:

---

mas parte *diversa*. Paralela e imbricadamente, esta forma de conceber a região enquadrava-se na perspectiva opositiva – Norte *versus* Sul – que os intelectuais portugueses desenvolveram durante a época contemporânea quando confrontados com os factos socioculturais e geográficos que atestavam a *diversidade* no interior do Estado-nação (*vide* Sobral 2016).

Para o autor destas páginas, a «terra morena» (*vide* Santos 1965) é tão parte diversa quão diversas são outras partes e latitudes da longitudinal pátria – a qual, ao ser variegada, talha dos elementos e das gentes, dos ideais e dos ditames, dos braços e das lutas, guarda para nossa maravilha, de Cevide ao Cabo de Santa Maria, a fruição de todos os seus diferentes encantos, como um amor que se desvelasse, de aspecto em aspecto, pormenor após pormenor, com vagares de volúpia... Mais exactamente, o Algarve semelha um *lego* de concepções, memórias e patrimónios que o reconstroem (e se reconstroem) continuamente – território de rememorações e imaginações sobrepostas e conflituantes; apresentando-se aqui esta última questão como pano para outras mangas e outros alfaiaes.

estudam-se as estruturas, a cultura material e os enterramentos identificados em contexto urbano ou rural – como os banhos públicos descobertos em Loulé, o vaso nupcial de Tavira e o achado pungente da criança deposta num silo, em Silves, sob o peso de entulho e de um cavalo ainda ferrado e arreado, vítima de um episódio violento e certamente bélico (*vide* Pires 2019); sem esquecer as aldeias e os pequenos povoados que as escavações, umas emergentes outras planeadas, vão resgatando e revelando, como em Odeleite (*vide* Santos 2010), em Arge ou em Alcoutim (*vide* Catarino 1997a) – com o mesmo assombro, rigor e objectividade com que se estuda uma *villa* romana ou um castro dos povos ibéricos da Idade do Ferro. Divisa-se assim, a pouco e pouco, a realidade humana que se bateu com os heróis da História oficial: os Afonsos, os Sanchos, os Geraldos «Sem Pavor» e os Paios Peres Correia<sup>11</sup>. Nas próximas páginas, baseamo-nos precisamente nas ciências históricas que escavam os lugares da memória, relêem textos esquecidos e perscrutam os silêncios do tempo para escutar as vozes abafadas.

---

<sup>11</sup> O trabalho da História – o trabalho das ciências sociais em geral –, conforme o concebemos, é dar a conhecer a acção humana no tempo e no espaço – nós somos, no nosso anonimato desigual, nos nossos actos mais extraordinários e mais triviais, a própria *matéria* e o *agente* desse recontar –, interrompendo os silêncios e desfazendo os olvidos, assumindo os incómodos e assinalando as injustiças. Partilha-se aqui, portanto, uma concepção de História que rejeita as narrativas oficiais que os grupos dominantes determinam (de que modo seja) e que opta por partir da perspectiva dos dominados: “(...) we must not accept the memory of states as our own. Nations are not communities and never have been. The history of any country, presented as the history of a family, conceals fierce conflicts of interest (sometimes exploding, most often repressed) between conquerors and conquered, masters and slaves, capitalists and workers, dominators and dominated in race and sex. And in such a world of conflict, a world of victims and executioners, it is the job of thinking people, as Albert Camus suggested, not to be on the side of the executioners.” (Zinn 2009).

## A vã ambição dos Mahfuz

O Garb, como todas as outras províncias meridionais da Península, era um vasto campo de batalha, onde no meio das torrentes de sangue, das aldeias incendiadas, das tribos e famílias não raro vagabundas e fugitivas, se via tremular no alto dos castelos tomados, perdidos, retomados dez vezes e nas torres das cidades fortificadas, que com a mesma frequência mudavam de senhores, ora o estandarte de Maomé, ora o pendão de Cristo. (Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Tomo II, 1875a; ortografia actualizada).

A interpretação corrente dos documentos dos séculos XII e XIII que perduraram assinala a fundação do ‘Emirado do al-Gharb’ por Musa Ibn Muhammad Ibn Nasir Ibn Mahfuz, em 1234, com capital em Niebla (*Labla*), da qual era *qaid*<sup>12</sup>. Nesta época, os almóadas<sup>13</sup>, desacreditados e exauridos pelo desforço cristão de Navas de Tolosa (Úbeda), já não eram senhores do Al-Andalus. Em seu lugar, tendo reunificado quase todas as terras andalusinas, reinava com a lâmina da espada Abu Abd Allah Muhammad Ibn Yusuf Ibn Hud, o governador de Múrcia (*Mursya*), que aí se proclamara emir em 1228. O emirado fundado por Ibn Mahfuz foi o último Estado andalusino (*taifa*) a ser organizado a Sul de Beja (*Baja*) e de Mérida (*Marida*); e o primeiro, tanto quanto se sabe ou se propõe como hipótese, a identificar-se com a designação de uma região – ‘o Ocidente’ – em vez de um núcleo

---

<sup>12</sup> Étimo árabe para um cargo administrativo e militar adstrito a uma medina e ao seu alfoz, do qual derivou, em Português, o de ‘alcaide’. Conferir no final deste livro a bibliografia consultada para redigir o presente e alguns dos próximos capítulos.

<sup>13</sup> Do étimo árabe *al-muwahhidun*, isto é, os “monges-guerreiros” sunitas ortodoxos e unitaristas da rábita fundada por Ibn Tumart (um *mahdi* magrebino) em Tinmel, Alto Atlas.

urbano politicamente eminente<sup>14</sup>. Aquando da sua fundação dominava um território que se estendia (mais aldeia menos aldeia) de Mértola (*Martula*) a Huelva (*Guelbah*) e de Aljezur até às vizinhanças de Sevilha (*Isbiliya*)<sup>15</sup>. O Guadiana dividia-o, grosso modo, a meio; e as rotas das gentes, das ideias, dos bens e das mercadorias, atravessavam-no de Leste para Oeste, há muito irradiando das medinas de um flume generoso, o Guadalquivir. Foi sobre esta realidade sociocultural e política que se abateram tempestades de ferro, fogo e pedra, oriundas do Norte e do Nordeste: tropéis de pés e cascos. O Reino de Portugal completou a sua formação territorial sobre as suas ruínas fumegantes.

Pouco se sabe sobre Ibn Mahfuz – *Isbiliya* fora o seu berço (*vide* González 1991) – ou sobre a desditosa e breve dinastia por si iniciada, para além das datas dos seus reveses sucessivos e da vassalagem prestada a Castela a determinada (e derradeira) altura. Sabemos que os Ibn Mahfuz cunharam moeda e que se intitularam “al-Must in bi-llah” («vidente em nome de Allah») (Oliveira-Leitão 2008). Segundo as conjecturas historiográficas, a adesão das elites do Gharb al-Andalus à proclamação do novo emir – incluindo a gente grada de Silves (*Shilb*): aristocratas terratenentes, funcionários administrativos e clérigos<sup>16</sup> –

---

<sup>14</sup> Al-Ayyubi (1273-1334), um letrado sírio, faz referência a Afonso Henriques no seu *Almanaque dos Países*, significativamente, enquanto “Rei do Ocidente de al-Andalus (*Gharb al-Andalus*) e da Galiza (*Jilliqa*)” (Rei 2012a).

<sup>15</sup> A extensão máxima deste emirado é difícil de determinar. Pablo Macías González afirma: “Al parecer (...) llegó a controlar desde el Campo de Tejada, lindante com Sevilla, hasta la costa de Aljezur, teniendo como límites septentrionales las plazas de Aroche, Aracena, Mértola y Aljustrel” (1991).

<sup>16</sup> Nestes anos impotentes, Silves guardava certamente a memória e o prestígio de ter sido sede de dois modestos emirados nos séculos XI e XII, respectivamente, quando os poderes regionais – organizados em *taifas* – se impuseram, temporariamente, às lógicas imperialistas e centralizadoras dos califados – emanassem estas dos *centros* de poder ibéricos ou magrebinos. A importância político-militar, socioeconómica e cultural de *Shilb* culminara durante o período das Segundas Taifas (meados do século XII), época em que chegou a cunhar-se moeda nas suas oficinas. Tal concentração de poder deveu-se tanto à sua localização privilegiada nas encruzilhadas terrestres e marítimas do Extremo Ocidente, como à sua filiação (étnica e simbólica) na gesta dos conquistadores-colonos do século VIII (*vide* Gomes 2002; consultar também Gonçalves 2009). Sobre *Shilb* escreveu al-Idrisi (1099-1165/1166), um literato siciliano, nas suas obras de cariz geográfico:

deveu-se tanto à incerteza político-militar criada pelas rebeliões autonomistas contra os almóadas (encetadas por Ibn Hud), como à necessidade de apoiar um centro de poder mais próximo e capaz de deter as arremetidas militares cristãs. Isto porque tanto os portugueses como os castelhanos e os leoneses haviam assegurado recentes e encadeados ganhos nas actuais Extremadura (Cáceres, Mérida e Badajoz) e Alentejo (Beja, Elvas, Jurumenha, Mourão, Moura, Serpa, etc.).

Ibn Mahfuz e os seus sucessores reinaram em sobressalto durante cerca de três décadas, incapazes de resistir com eficácia aos ataques que partiam de quase todos os pontos cardiais. Assim, um ano após a proclamação emiral do primeiro dinasta nas mesquitas de Niebla, a população desta *madina* sofreu o cerco do emir de Múrcia, o qual pretendia assegurar, pela persuasão ou pela guerra, o seu governo do Garb. A salvação de Ibn Mahfuz, da sua corte e dos habitantes da sua capital, surgiu, porém, inesperada, das bandas de Leste, com a ofensiva de Muhammad ibn Yusuf ibn Nasr, aquele que viria a ser o primeiro emir nazari de Granada (*Garnata*), contra os territórios assenhoreados por Ibn Hud<sup>17</sup>. Entretanto, a Norte, o rei de Portugal e os monges espatários começaram a rasgar os pendões dos emires garbios. Mas já regressaremos às derradeiras lides portuguesas no Gharb al-Andalus, pois é mister anotar as interpretações mais recentes das crónicas muçulmanas da

---

A cidade de Silves é bela, situa-se num planalto e tem uma muralha inexpugnável. / Tem pomares e hortas e a sua gente bebe do rio que lhe corre a sul e onde se situam os moinhos da região. / O mar dista dela três milhas para ocidente. Tem no rio um porto e estaleiros. / A madeira das suas montanhas é abundante, sendo exportada para muitos destinos. / A cidade, em si mesma, é bela de aspecto, com maravilhosos edifícios e bem organizados mercados.

A sua gente e os habitantes das suas aldeias são árabes do Iémen, e de outras partes, que se expressam num árabe fluente. / Falam em poesia, sendo eloquentes, habilidosos, tanto a elite como as pessoas vulgares. / Os camponeses da região, quanto à generosidade, ninguém os excede. / A cidade de Silves está no distrito de *al-Shinshîn* (?) onde há figueirais, e donde são exportados para todas as partes do Ocidente. São figos bons, melosos, saborosos e apetitosos. (...) (Rei 2012a).

<sup>17</sup> Segundo outra interpretação dos factos conhecidos, terá sido o auxílio bélico de Fernando III de Castela que garantiu a independência do novo emirado, ao forçar as hostes de Ibn Hud a levantarem o cerco a Niebla (González 1991).

época, uma vez que levantam questões pertinentes sobre a conquista do último reduto andaluzino a Ocidente de Córdoba e o destino dos seus governantes, obrigando-nos a rever a História resumida até aqui.

É o caso, entre outros a encontrar ou descobrir, de um manuscrito incompleto do segundo volume de uma crónica de Ibn al-Jatib (1313-1374), poeta, historiador, filósofo e governante granadino, o qual vem esclarecer melhor as circunstâncias em que se dá, no Sudoeste da península, a transição (forçada) de poder entre os emires andaluzinos e os reis cristãos. A análise do manuscrito resgatado por Josef Zenka (2013) sugere que o pronunciamento independentista de Niebla foi protagonizado por Suayb Ibn Muhammad – e não por Ibn Mahfuz – e que o alvo político da revolta autonómica não eram os almóadas, mas Ibn Hud, o (re)unificador (consultar, também, González 1991). Malgradamente para o incógnito Ibn Muhammad, o murciano fez capitular Niebla com o cerco já referido e puniu-o, na mais feliz das hipóteses, com o encarceramento, contava-se o ano da Hégira de 633 (1235). É então que Ibn Mahfuz, provavelmente um chefe militar do séquito de Ibn Hud ou uma eminência parda e leal, se apossa da almedina dos rios Tinto e Odiel e das suas dependências, aquém e além Guadiana, tão só como governador. Após a morte de Ibn Mahfuz, ocorrida em data desconhecida, são os seus filhos que governam as terras extremas do Ocidente até à rendição de Niebla a Afonso X de Castela, na segunda metade do século XIII.

Independentemente de quem terá sido aquele que encarnou as derradeiras aspirações soberanistas das elites garbias, constata-se que o Garb não só nunca se libertou duradouramente da tutela dos poderes sediados no centro do Al-Andalus – região densamente povoada e afeiçoada, em terras férteis e extensas, pelo rio Guadalquivir e os seus afluentes –, como dependeu sempre do seu auxílio militar para resistir à ofensiva dos reinos cristãos. E quando este lhe faltou, na pior das conjunturas, deu-se a sua rápida e trágica derrocada. E a outrora preeminente Silves, porque não foi capaz de suster, em coligação com as outras urbes garbias, os exércitos portugueses e santiaguistas? A sua capacidade político-militar, abalada durante a guerra civil e sectária dos muridinos (1144-1150) e reduzida durante o senhorio almóada, terá diminuído consideravelmente na sequência da campanha cruzadesca organizada por Sancho I em 1189<sup>18</sup>. Nos anos postremos do

---

<sup>18</sup> Conferir o relato de Alexandre Herculano em *História de Portugal* (1875b); o

Garb, logrou somente resistir, enquanto pôde, e assistir, impotente, à capitulação de todas as outras almedinas do efêmero 'Emirado do al-Gharb' (vide Coelho 2010b e Gomes 2002). Retomemos o curso da sua história.

À data da (tentativa de) independência do Garb, Sancho II de Portugal era o maior contendor de Ibn Mahfuz a Ocidente do Guadiana, no Além-Tejo – ainda que secundado pela Ordem de Santiago, a cujos serviços militares recorreu. O rei português ainda terá estado presente nalgumas das operações de conquista de Aljafar da Pena, Aiamonte e Mértola – assim como de Castro Marim (*Qashtruh*) e Alcoutim –, as quais ocorreram, nesta sequência, entre 1238 e 1241 (vide Coelho 2010b e Rei 2003). Porém, mercê dos conflitos sociais e políticos que eclodiram no Reino de Portugal e que se agravaram nos últimos anos do seu reinado, Sancho II foi forçado a defender a sua coroa e a abandonar o assédio do Garb. Assim, ao redor das datas acima apontadas, são os monges pelejadores e as suas hostes de cavaleiros-vilãos e peões dos concelhos situados nos seus vastos senhorios (Palmela, Alcácer do Sal, Aljustrel, etc.) quem toma a iniciativa bélica: a costeira Cacela (*Qastalla*) e a mercante *Tabira* (ler mais adiante o relato da conquista de Tavira) caem, uma após a outra, a golpes de espada e de lança dos almogaves e da peonagem. Neste lance, os domínios dos Mahfuz foram definitivamente cindidos em dois territórios, decerto incomunicáveis. As crónicas e os vestígios materiais referentes a este período e locais são parcos e discrepantes. Só dispomos de certezas mais fundamentadas acerca da conquista de Faro (*Shanta Marya al-Gharb/al-Harun*), quando Afonso, o ambicioso irmão de Sancho II, já seu sucessor, a veio cercar.

Emmentes, e apesar da ausência do rei de Portugal e dos seus grossos exércitos, tais domínios terão continuado, entre tréguas, correrias e

---

qual segue, por sua vez, o de um cronista anónimo que participou na arremetida contra *Shilb*. Segundo este historiador, a medina do Arade terá sido novamente flagelada por cruzados a caminho da Palestina – desta feita germânicos – poucos anos depois de ter sido retomada pelo califa Yacub Al-Mansur. A investida ter-se-á dado em 1196 (ou 1197) e resultou na sua conquista, saque e destruição, à semelhança do que sucedera em 1189. Do «Palácio das Varandas» terão restado, numa destas datas, as suas ruínas e o poema de Ibn Ammar...

hostilidades declaradas, a esboroar-se, lentamente, aldeia a aldeia, fortaleza a fortaleza, medina a medina, para cá do futuro rio-fronteira. Até 1242 terão sido reduzidas, à força ou por rendição, entre outras, Alvor (*Al-Bur*), Salir (*Selir*), Estômbar (*Ustuwanat*) e Paderne (*Baterna*). O ano de cristo e de maomé em que Silves, a outrora formosa, poderosa e famosa medina de Muhammad ibn Abbad al-Mu'tamid, passou de mãos agarenas para mãos nazarenas é incerto e conjecturado, mas terá ocorrido, entre 1242 e 1250<sup>19</sup>, na sequência de uma tentativa gorada de reconquistar Estombar (*vide* Gomes 2002). De Niebla talvez viessem promessas, mas faltaram as tropas – os Ibn Mahfuz, quase indefesos, ou falharam no seu auxílio ou julgaram mais acertado guardarem-se para defender a sua capital... Em suma, titubeavam. Do vale do Guadalquivir, por outro lado, ouvia-se o clangor, a cada ano mais próximo, dos peões e dos cavaleiros espatários e leoneses-castelhanos: Córdoba (*Qurtuba*) é tomada em 1236 e Sevilha em 1248.

É por estes anos aziagos de expectativas frustradas, resumidos em poucas páginas na *Crónica da Conquista do Algarve* (séc. XIII) e decorridos entre a entrada das tropas de Santiago em Tavira (1242) e a queda de Faro (1249), que as medinas do mais ocidental deste ocidente, *Shanta Marya al-Harun*, *Al-Ulya* (Loulé) e, possivelmente, *Shilb*, terão rompido o seu vínculo político com *Labla*. É provável que os seus caides, caudilhos ou vãos emires, dispendo de reservas militares escasas e abandonados à sua sorte pelos herdeiros de Mahfuz, tenham proclamado a sua independência ou procurado vassalagem e apoio além-mar, no Magrebe que os almóadas perdiam para os benamarim (ou merínidas). A referida crónica parece testemunhá-lo, quando afirma que Faro fazia parte do «senhorio de Miramolim, Rei de Marrocos» à data do cerco montado pelas hostes de Afonso III e de Gonçalo Peres, Comendador da Ordem de Santiago (*vide* Coelho 2010b)<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Relativamente a esta questão, os argumentos divergem, implícita ou explicitamente, entre situar tal data após a tomada de Tavira (*vide* Oliveira-Leitão 2008) – tenha esta ocorrido em 1239 ou em 1242 – ou já depois da conquista de Faro (consultar Coelho 2010b).

<sup>20</sup> A Ordem de Santiago tinha em Uclés, no Reino de Castela, a sua sede peninsular. Teve ainda uma comenda no Reino de Portugal, sediada sucessivamente em Palmela e em Alcácer do Sal, detendo ainda diversas praças-fortes no Alentejo – como Aljustrel e Mértola (as mineiras) – e no Algarve – como Cacela e

Ora, nessa altura já os merínidas se haviam apoderado de Fez e eram senhores do Norte do Magrebe. Qual seria então o «Rei de Marrocos» a que se subjugaram os desesperados: o almóada de Marraquexe ou o benamarim de Fez? Muito provavelmente o último destes. No entanto, a eventual incorporação dos enclaves do Garb desta banda do Guadiana nos domínios dos benamarim ter-se-á revelado infrutífera ou tão-só nominal, pois estes mostraram-se unicamente empenhados em ganhar o Magrebe aos postumeiros califas almóadas<sup>21</sup>. A *Crónica da Conquista do Algarve* sugere somente um apoio pontual, parco e pragmático, por parte do «miramolim», em vez do desembarque de um corpo numeroso de tropas que impedisse a capitulação. Neste canto do tabuleiro de xadrez ibérico, o «rei» do Garb, fosse o de Niebla, o de Marraquexe ou o de Fez, já estava em xeque.

No momento em que as hostilidades cessaram no Reino de Portugal, logo recrudesceram a Sul. O novo monarca português, Afonso III, após afrontar, vencer e descoroar o seu irmão-rei, desceu ao Garb para combater os infiéis, dar peso à coroa que tinham acabado de lhe colocar sobre a cabeça e impedir a investida leonesa-castelhana nos territórios almejados por e entregues à sanha dos espatários. O «bolonhês» veio, pois, com peões e cavaleiros, muitos destes últimos filhos-segundos (e terceiros) ambiciosos e pragmáticos – sobejava-lhes a bravura onde lhes faltava o património fundiário (*vide* Coelho 2010b e David e Pizarro 1989) –, e, em apenas dois anos, assenhonorou-se pessoalmente das restantes jóias do seu quinhão dos «Algarves»: a pujante Loulé, a piscosa Faro, a remota Aljezur e, eventualmente, a flagelada Silves. O desamparo e o esgotamento dos garbios andalusinos ditou primeiro a perda de *Shanta Marya al-Harun*, num cerco breve, luzia o estio de 1249. Nesta empresa, segundo Rui de Pina, a coluna de Afonso III

---

Tavira. Paio Peres Correia, por sua parte, nasceu nobre em Barcelos – isto antes de o galego ter sido condenado à forca e de o galo ter cantado.

<sup>21</sup> Só mais tarde, uma vez conquistada Marraquexe (1269) e assegurado o Magrebe, os benamarim se envolveram na reconquista e defesa do Al-Andalus, em auxílio ao emirado de Granada – a primeira sentinela do Magrebe. A Batalha do Salado (1340) e a perda da sua base ibérica – a medina portuária de Algeciras (1344) –, colocaram termo ao seu envolvimento político-militar na Península Ibérica. Após estes reveses bélicos, as costas magrebina passaram a estar completamente expostas às investidas dos reinos peninsulares.

atravessou o Alentejo por Beja e Almodôvar, dirigindo-se a Salir – quem sabe se a convite dos espatários que aí se juntaram ao exército real<sup>22</sup> –, de onde partiu, cavalgando ao largo de uma vigilante e expectante *Al-Ulya*, para cercar

(...) Faro por terra e mar. No canal d[a ria] atravessou navios grossos bem armados e ancorados da parte de fora para que as galés dos mouros não lhes pudessem fazer nojo.

No cerco participaram o infante dom Pedro, tio do rei, que tomara o seu partido durante a guerra civil, o mestre da Ordem de Aviz, o seu fiel Pedro Ourigues, alguns espatários sob a chefia de Gonçalo Peres (...) e certamente tropas concelhias. É provável que tenham participado também navios de Lisboa.

Faro capitulou quase sem resistência. Os sitiados propuseram negociações e o rei entrou na cidade. (*Portugal Medieval – História de Portugal*, Vol. II, António Borges Coelho, 2010b; anotação nossa).

Como se pode ler, Faro foi apresada sem uma efusão calamitosa de sangue: aqueles que sobreviveram ao cerco mantiveram os telhados sobre as suas cabeças e os seus dirigentes, se perderam a eminência e mudaram de soberano, conseguiram manter algum poder enquanto intermediários entre as sociedades islamita e cristã. Mas esta transição nem sempre foi tão pouco violenta. Do modo como foi tomada a então ameaçada Loulé nada sabemos, é possível que tenha seguido o pragmatismo fareense, mas em Aljezur, tomada entre 1246 e 1249, a fereza dos combates perdurou nos nomes dos lugares: “A memória da resistência de Aljezur ficou assinalada na toponímia pelos sítios dos Degolados e das Cabeças” (Coelho 2010b). Terão ocorrido a esta, com os desesperados, os irredutíveis? Outras fortalezas rurais e povoações amuralhadas de menor dimensão e capacidade defensiva ter-se-ão rendido ou resistido nesses meses de campanha militar do terceiro

---

<sup>22</sup> O comando local das tropas da Ordem de Santiago levanta questões (conferir David e Pizarro 1989): coube ao próprio Paio Peres Correia ou a alguém a quem este delegou o comando durante a sua ausência sevilhana? António Borges Coelho (2010b) identifica Gonçalo Peres à cabeça destes monges-guerreiros aquando do cerco de Faro.

afonso de Portugal – como, por exemplo, São Brás de Alportel (*Shan-nabus/Shanbras*) Monchique (*Munt Saqir*), Messines (*Massana*), Sâg-res (*Shaqrish*), Lagos (*Al-Zawya*), Portimão (*Burtimun*) e N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Rocha (*Al-Saqhra*). Albufeira, a derradeira, foi assegurada, provavelmente já em 1250, pelos homens de armas do mestre da Ordem de Aviz.

Ao emir de Niebla, um Mahfuz já liberto da sombra suserana de Ibn Hud, embora o soberano de um Estado débil, não lhe terá restado outra senão a possibilidade de se voltar para o seu vizinho poderoso, o muy cristão rei de Castela, prestando-lhe vassalagem: não tinha a Ordem dos Hospitalários tomado Aroche (*Arush*) e Aracena (*Hara-zem*)<sup>23</sup>, para entregá-las depois ao monarca português, após a derrocada do Garb aquém Guadiana? Não é certo que este último e episódico emir garbio tenha tentado contrariar as investidas portuguesas, mas há indícios por comprovar de uma ofensiva certamente malograda. Por ironia e cálculo político, este reduto andalusino não foi definitivamente conquistado pelos espatários, nem pelos hospitalários ou pelos régios portugueses, senão pelo seu próprio senhor, o rei de Castela, Afonso X, que cercou a capital do seu vassalo em 1262.

Que ninguém se espante: havia que tomar posse de Niebla para deter os avanços dos portugueses a Oeste, ladear e cercar os granadinos e ter acesso ao Estreito de Gibraltar – o portão do Mediterrâneo. E que melhor pretexto para as hostilidades do que a deslealdade do último Mahfuz ao tentar socorrer uma Sevilha revoltada e libertá-la do assédio castelhano (*vide* González 1991) – de molde a evitar, também, o isolamento fatal do seu próprio emirado? As tendas, as fogueiras, as minas e as máquinas de guerra espalharam-se, então, em redor de *Labla*, num sítio que se prolongou por nove meses de sangue, sede e fome – o parto de um novo paraíso. Aquando da capitulação lablense, restava somente a resistência de *Garnata* – mas esta é já uma História a

---

<sup>23</sup> Onde as lendárias e perduráveis lágrimas de Zulema, a martirizada filha de um *qaid* ou *rais* (chefe militar), alimentam uma fonte. As histórias orais de «mouras encantadas» e encantadoras constituem um indício (moldado pela imaginação) do modo como muitas mulheres pertencentes às elites muçulmanas do Al-Andalus terão servido ou contrariado, voluntária ou involuntariamente, as estratégias patrimoniais e políticas das respectivas famílias e Estados, no contexto da «Reconquista».

Leste de onde estamos. Dificilmente se virá a conhecer o detalhe sociodemográfico – quem, quantos e que rumo tomaram os emigrados – do êxodo das populações garbias sobreviventes e desalojadas nessas décadas de má fortuna andalusina. Alvitrar-se-á que a maioria dos mais apossados terá partido para o Magrebe ou para os domínios de Granada, outros (como afirmámos) terão negociado a sua rendição e mantido os seus bens, fazendo-se indispensáveis na nova ordem do mundo. Já aqueles que nada ou pouco possuíam na ordem antiga – os miseráveis, os camponeses e os artífices –, pelo novo reino ficaram, cativos ou forros, sujeitos às conjunturas políticas e à sua condição social de membros de uma minoria étnica e religiosa: os mais subjugados de todos os dominados.